



DOSSIÊ TEMÁTICO:

ESPAÇOS E DINÂMICAS CULTURAIS NA ÁFRICA SUBSAARIANA

Entrevista



UM CERTO OLHAR, COMPROMETIDO E DISTANTE, SOBRE ÁFRICA E A SUA GEOGRAFIA

Por Rui Jacinto e Nelson Cortes Pacheco Junior

Rui Jacinto
Centro de Estudos Ibéricos da Universidade de
Coimbra, Portugal
Contato: rjacintomm@gmail.com

Nelson Cortes Pacheco Junior
Doutorando em Geografia, Universidade
Estadual de Campinas, Brasil
orcid.org/0000-0002-2056-372X
Contato: n229211@dac.unicamp.br

Como citar:
JACINTO, Rui; PACHECO JUNIOR, Nelson
Cortes. Um certo olhar, comprometido e distante,
sobre África e a sua Geografia Entrevista de Rui
Jacinto. **Boletim GeoÁfrica**, v. 1, n. 4, p. 59-68,
out.- dez. 2022

Biografia do entrevistado. Técnico na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Membro da Comissão Executiva do Centro de Estudos Ibéricos [CEI] em representação da Universidade de Coimbra. É membro do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) - Foi durante mais de 30 anos Assistente Convidado no Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra. Trabalhos sobre dinâmicas económicas e sociais, ordenamento e

reestruturação dos territórios, papel dos atores e importância das políticas e nos processos de desenvolvimento regional e local. Tem ainda publicações sobre cooperação territorial, particularmente a transfronteiriça, geografia literária e rotas de escritores. Participação em vários projetos de investigação, nacionais, transfronteiriços e internacionais; nos últimos anos tem desenvolvido diferentes iniciativas de cooperação entre geógrafos dos Países de Língua Portuguesa, sobretudo Brasil e Cabo Verde. Gestão de Programas Operacionais Regionais apoiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER): Gestor do Programa Operacional da Região Centro (IIº (1994-1999) e IIIº Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006), Secretário Técnico do Programa Operacional da Região Centro (2007-2012). Preparação, acompanhamento e avaliação de projetos e iniciativas locais (Iniciativas Comunitárias Interreg e Leader).





Boletim GeoÁfrica: *Como despertou para os temas da geografia africana?*

Rui Jacinto: O meu despertar para a geografia africana foi lento e movido por razões mais do lado do coração do que da razão. Encontrar o momento em que teve início tal interesse obrigou-me a revisitar o tempo e o espaço, ir até ao começo dos anos 60, do século XX, e a uma pequena aldeia portuguesa do Centro de Portugal, onde vivia e estão as minhas origens. Chego à geografia africana, circunscrita e limitada a antigas colónias portuguesas, a partir da escola e da incontornável relação, que tentarei explicar entre *eu e as minhas circunstâncias*.

O primeiro contacto aconteceu quando entrei para a escola primária e deparei com dois mapas, a única decoração das paredes nuas e frias da sala de aula: o Mapa de Portugal Continental ladeado pelo das Províncias Ultramarinas, que incluía as Ilhas Adjacentes (Açores e Madeira). Estes mapas, que se podiam encontrar em todas as escolas do país, vão-me acompanhar durante os quatro anos de instrução primária e marcar o meu imaginário, como o de sucessivas gerações de portugueses. Éramos obrigados a decorar o nome dos rios, das serras, das capitais de distrito e das linhas de caminho de ferro que se encontravam impressas tanto no mapa de Portugal Continental como no das distantes Colónias, que correspondem, hoje, aos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP). Tínhamos de saber de cor e com o mesmo detalhe tanto as estações da linha do Norte como as da linha de caminho de ferro de Benguela; o rio Zambeze e o Quanza eram-nos tão familiares como o Tejo ou o Mondego.

A África resumia-se a esta geografia restrita das colónias portuguesas que nos era ensinada a partir duma visão idílica e apologética. O vasto território desse imenso “além-mar” ficou inscrito na nossa memória coletiva até se resumir em frases sintéticas da mensagem que o regime pretendia transmitir: “Portugal não é um país pequeno”, “Portugal uno e indivisível do *Minho a Timor*”, “Angola é nossa”. O imaginário grandiloquente que nos era incutido acabava por despertar, quer se queira ou não, uma relação empática e afetiva com territórios que, embora longe da vista, acabavam perto do coração.

Importa lembrar que África está indubitavelmente ligada ao desenvolvimento da Geografia em Portugal. A moderna Geografia, que começa a despertar na segunda metade do século XIX, em Portugal, sob os auspícios da Sociedade de Geografia de Lisboa, criada em 1875, é indissociável das campanhas africanas levadas a cabo para afirmar a soberania portuguesa nas Colónias. As expedições patrocinadas pela Sociedade de Geografia foram decisivas tanto para



reforçar a presença de Portugal em África como inspiraram os progressos da ciência geográfica. Entre as expedições de exploração e de “reconhecimento científico” patrocinadas pela Sociedade de Geografia de Lisboa está a célebre viagem da Costa (Atlântico) à Contra-costa (Índico), realizada entre Angola e Moçambique, em 1877, por Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens. O decreto que incumbiu estes militares daquela missão foi justificado por razões “da ciência e da civilização”, pela necessidade de se “estudar as relações entre as bacias hidrográficas do Zaire e do Zambeze”, destinada a conhecer a organização dos “territórios compreendidos entre as províncias de Angola e Moçambique”.

Estas incursões foram o expediente encontrado pelos países europeus para reforçarem as respetivas posições em África. Estas viagens inscrevem-se na viragem estratégica da posição portuguesa relativamente às colónias africanas, que se baseava, até então, nos “direitos históricos”. Esta corrente havia de ceder à tendência que começava a fazer doutrina, que acabou por ser dominante, que só reconhecia a ocupação dum território pela sua colonização e exploração efectiva. Portugal, perante esta nova realidade, viu-se obrigado a investir no reconhecimento do território, na cartografia e na delimitação das fronteiras. Os esforços desenvolvidos para uma ocupação efectiva dos territórios africanos levou o país a reclamar áreas cada vez mais extensas no interior do continente. Esta reivindicação viria a colocar Portugal em rota de colisão com interesses doutras potências imperiais europeias. Estas divergências vão agudizar tensões entre as potências coloniais gerando dificuldades cuja compatibilização havia de justificar a realização da Conferência de Berlim, concluída em 1885. As nações europeias alcançaram, aqui, um entendimento sobre a partição territorial da África, avolumando contradições que continuam bem visíveis no mapa de África, como mostra o traçado abrupto e retilíneo das suas fronteiras.

A pretensão de Portugal exercer a sua soberania sobre os territórios interiores situados entre Angola e Moçambique, onde se localiza, hoje, a Zâmbia, o Zimbábue e o Malauí, fez eclodir um conflito com a Inglaterra. Portugal reclamava este amplo espaço para ocupar um território contínuo que ligasse o Oceano Atlântico ao Oceano Índico. A cartografia deste espaço imenso deu origem a um mapa, eventualmente apresentado pela Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1886, que ficaria conhecido por Mapa Cor-de-rosa, onde se delimitava um território que colidia diretamente com os interesses ingleses de ligar o Cairo (Egito) ao Cabo (África do Sul). Esta disputa com Inglaterra, a mais velha aliada de Portugal, culminaria com o ultimato britânico, feito em 1890, o



Tratado Anglo-Português, assinado em 1891, onde Portugal foi obrigado a ceder na sua posição. Os danos causados à imagem do governo acentuaram a impopularidade da monarquia portuguesa, gerando um desgaste que e conduziria, em 1910, à queda do rei e à implantação da República.

Não posso esquecer que a minha entrada na escola primária coincidiu com o início da guerra colonial, travada por Portugal em várias frentes africanas, que foi particularmente violenta na Guiné, Angola e Moçambique. Foi uma guerra longa para um pequeno país e traumatizante para a minha geração que viveu a sua juventude sob o espectro duma indesejada mobilização para combater em África. Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, quando se desencadeia a descolonização e as independências se tornam eminentes, regressam precipitadamente mais de meio milhão de portugueses, fundamentalmente das duas províncias ultramarinas que eram consideradas as joias da coroa (Angola e Moçambique).

Depois da minha entrada na Universidade, em 1972 e do 25 de abril de 1974, sou chamada à inspeção militar, em maio de 1974. Fiquei, como se dizia, “apurado” para todo o serviço, sendo o próximo passo, previsivelmente, a incorporação no serviço militar, então obrigatório. Estava longe de imaginar as consequências que a revolução iria desencadear, pois, a partir daqui a história tomariam outro rumo. O país vai conhecer mudanças radicais do ponto de vista político, económico, social e cultural, precipita-se a independência das colónias portuguesas e o consequente “regresso das caravelas”. Portugal vai alterar radicalmente o modo de estar no mundo, vai privilegiar a sua ligação com a Europa e a relação com África mudará definitivamente.

Esta translação também tem consequências no ensino e na investigação geográfica. A Geografia, até 1974, permanecia presa aos princípios que havia presidido à institucionalização do seu ensino nas Universidades portuguesas e à criação, em 1933, da primeira Licenciatura em Ciências Geográficas. Apesar das reformas subsequentes, o modelo sobreviveu do ponto de vista conceptual durante mais de quatro décadas, importando destacar a este propósito: (i) os currila albergavam uma única disciplina sobre temas africanos (Geografia Colonial, depois designada Geografia das Regiões Tropicais), focada fundamentalmente nos territórios sob tutela portuguesa; (ii) o grau de licenciatura impunha a realização duma dissertação.

O ensino e a investigação da Geografia sobre África em geral e as colónias portuguesas em particular, foram norteados, até 1974, por três princípios fundamentais:



- 63
- (i) Em termos práticos o país via-se na contingência de formar pessoas para a administração colonial, obrigado a ensinar matérias que dessem algum conhecimento sobre os territórios ultramarinos a gerir;
 - (ii) A investigação científica não foi abundante, como mostra a produção sobre a geografia das colónias portuguesas. Salvo um ou outro artigo, relatório de viagem ou de algumas missões, os estudos resumiram-se às teses obrigatórias para finalizar a Licenciatura em Geografia, que foram numericamente reduzidas: p. ex, na Universidade de Coimbra, apenas se efetuaram cinco (5) em cento e sete (107) teses de licenciatura entre 1938 e 1974. As teses apresentadas incidiram sobre Santiago (Cabo Verde, 1961), elaborada por uma aluna cabo-verdiana, Maria Luisa Ferro Ribeiro, outra sobre a Guiné (1972) e as três restantes sobre Angola (Colonato de Cela, 1968; Pesca no sul de Angola, 1970; Nova Lisboa, hoje Huambo, 1974). Estas últimas foram elaboradas, provavelmente, por mulheres de militares, durante o período em que realizaram as respetivas comissões de serviço na guerra colonial. Aqueles números revelam que era ínfimo o número de estudantes africanos ou de filhos de colonos a frequentar o ensino superior.
 - (iii) A perspectiva ideológica, que merecia uma consideração mais longa, está espelhada, desde logo, na mudança do nome da disciplina ministrada no Curso de Geografia sobre temas africanos. A Geografia Colonial Portuguesa, existente desde a criação do Curso de Geografia, passaria a designar-se Geografia das Regiões Tropicais a partir da reforma curricular que teve lugar em 1957. Alinhava-se, assim, com a tendência da generalidade dos países europeus, onde os ventos da descolonização e o tempo das independências, surgidos após a Segunda Guerra Mundial, impuseram uma cosmética no elenco das disciplinas de Geografia. Esta mudança também se observa, por exemplo, no título duma revista francesa de referência sobre estas temáticas (*Les Cahiers d'Outre-Mer*), publicação que surgiu em 1948. A designação *Além-mar* (Ultramarino), igualmente usada em Portugal, tem tanto de cosmética como de ajustamento ideológico.

Todos estes antecedentes acabaram por nos conduzir ao 25 de Abril e ao turbulento *processo revolucionário em curso* (PREC) que teve um profundo impacto no mundo universitário e no ensino e investigação da Geografia em Portugal. Os ventos de mudança que percorriam o país



e a universidade não deixou imune Geografia que conheceu também alterações profundas e radicais no plano curricular, teórico, conceptual e pedagógico: enquanto se questionava a umbilical ligação à Geografia francesa advogava-se a abertura a outras escolas e a novas correntes que iam fazendo caminho por esse mundo fora.

Este movimento, que coincidiu com os meus primeiros anos de Universidade, proporcionou as grandes reformas curriculares, formais e informais, que os cursos de Geografia conheceram no período imediato ao 25 de Abril de 1974. Foi uma mudança estrutural que revela uma dupla faceta: enquanto o imaginário português relativamente a África está a sofrer uma profunda metamorfose, Portugal esboça um (re)posicionamento geopolítico que o leva a ocupar um novo lugar no concerto das nações. Sucederam-se reformas curriculares, entre o experimentalismo e algum improvisado, que tiveram em pano de fundo tanto uma grande instabilidade como a repulsa pelo passado colonial. No entanto, estes territórios distantes nunca deixaram de exercer, sub-repticiamente, um certo fascínio, de serem sinónimos de grandeza, poder e glória, associado a uma visão idílica, propícia à aventura e à concretização dum incontido desejo de evasão. Por isso, apesar de todos estes constrangimentos e condicionalismos, África, como o Brasil, mantiveram sempre uma presença latente e discreta no subconsciente da generalidade dos portugueses.

As reformas do curso de Geografia acabam por dar expressão a esta nova postura. Não são alheias a este espírito as sequelas traumáticas da guerra, o sentimento de culpa do colonizador nem o espírito contestatório duma época onde um certo radicalismo, reativamente, pretendia abolir tudo o que pudesse ser conotado com o passado. É certo que a reforma feita na Universidade de Coimbra, em 1978, voltou a introduzir, timidamente, a Geografia das Regiões Tropicais. Contudo, a reforma seguinte, realizada em 1992, já depois da adesão de Portugal à União Europeia, ocorrida em 1986, não só aboliu definitivamente aquela disciplina como a substituiu pelo estudo de temas europeus. Esta aproximação à Europa não só encerra um capítulo do ensino de África na Geografia portuguesa como abriu caminho a outros modos de pensar e estar na Geografia e, consequentemente, dos geógrafos exercerem a sua atividade a partir dum outro olhar sobre o mundo. Obviamente ainda mais eurocêntrico!



Boletim GeoÁfrica: *Que outros caminhos trilhou até às Novas Geografias dos Países de Língua Portuguesa?*

Rui Jacinto: O ambiente sucintamente descrito denuncia as vicissitudes em que decorreu a formação da minha geração numa licenciatura que não proporcionou, formalmente, o acesso a qualquer disciplina específica sobre temas africanos. Sobre a velha cartilha ideológica inculcada nos verdes anos acabaram por se sobrepor novas efabulações, descrições orais doutro cariz, relatos de geografia vivida feitos na primeira pessoa. Nos anos 60 ouvi inúmeras histórias dos militares regressados da guerra que associavam Angola, Moçambique e Guiné a terras de prodígios, com paisagens únicas, praias maravilhosas, onde se disfrutavam momentos ímpares. Os horrores da guerra só apareciam, de quando em vez, nos rodapés das descrições coloridas que faziam, logo esquecidos ao lembrarem desejos saciados e caprichos sublimados por sons e sabores inolvidáveis.

Na década seguinte, com a descolonização, chegam os “retornados”, portugueses que se haviam afeiçoado a (re)fazer as suas vidas nas colónias, terras que haviam assumido como suas, carregando histórias doridas e um saudosismo nostálgico. Ouvi imensas descrições em longos serões, conheci de perto esta realidade pela proximidade familiar, pelo convívio com amigos ou através de colegas que vieram estudar Geografia em Coimbra. Os protagonistas desta geografia vivida foram professores duma nova Geografia africana, informal, baseada na oralidade, onde se confunde o real e o imaginário fazendo esses longínquos territórios mais enfeitados, ricos e coloridos, logo mais apetecíveis e apelativos.

A minha Geografia de África também incorpora todos estes ambientes naturais e humanos, nas suas dimensões materiais e intangíveis, conforme quem os viveu na primeira pessoa. Foi uma aprendizagem feita a partir de vivências e imaginários que se iniciou, lá longe, nos bancos da escola primária recebendo contributos e acumulando conhecimentos de várias proveniências. Reconheço que existe um défice que resulta dum débil contacto direto e prolongado com a realidade africana, conhecimento que não beneficiou, como seria desejável, das experiências enriquecedoras das viagens e do trabalho de campo. Embora intensas e marcantes a experiência africana direta resume somente a dois territórios:



- (i) Cabo Verde, onde me desloquei, em 1990, para visitar quase todas as ilhas no âmbito duma missão profissional realizada a implementar um projeto de desenvolvimento local. Na década seguinte faria várias viagens, no âmbito de projetos de cooperação e ensino, onde tomei contacto com diferentes realidades dum arquipélago singular que modelaram a visão idílica que havia construído. Culminando este percurso e em colaboração com antigos alunos caboverdianos que havia regressado para trabalhar no país, coordenamos com Lúcio Cunha, em 2011, o livro *Interioridade-Insularidade, Despovoamento-Desertificação. Paisagens, Riscos Naturais e Educação Ambiental em Portugal e Cabo Verde*.
- (ii) Moçambique, onde fiz uma viagem inesquecível, em 2000, que me levou do Maputo a Pemba, de Nampula, Nacala e da mítica Ilha de Moçambique à Beira. Enquanto estendia o olhar pelos fundos horizontes da imensa savana acabava sempre por encontrar, de longe me longe, um novo centro urbano, pujante de juventude e sem as amarras que a espessura temporal imprime nas cidades que havia deixado em Portugal. As paisagens, quer as naturais como as humanas, e o património cultural que ia desfilando sob o nosso olhar trazia-nos à memória impressões já inscritas pela ficção, pelas descrições orais e alguma literatura geográfica.

A construção duma certa ideia de África e da sua geografia foi ainda moldada por duas importantes influências indiretas: a literatura e as várias deslocações ao Brasil que iniciei em 1997 e se intensificariam na década seguinte. As viagens e o trabalho de campo nos sertões brasileiros, realizadas no âmbito de vários projetos de cooperação com colegas de diferentes universidades, também ajudaram a alargar horizontes sobre a outra margem do Atlântico. O Brasil não deixa de ser um lugar privilegiado de observação, embora indireto, sobre África e o seu imaginário. A literatura teve, neste particular, um papel decisivo, onde destaco *Desmedida - Crónicas do Brasil* (Luanda/São Paulo - São Francisco e Volta), livro dado à estampa por Ruy Duarte de Carvalho, em 2007, que me acompanhou em várias viagens transatlânticas. Este comovente relato de viagem entre Angola e o Brasil é uma proposta de diálogo entre as paisagens míticas do interior de Angola, as savanas estepárias do Sul que morrem nas areias desérticas do Namibe, e o Grande Sertão: Veredas, de João Guimarães Rosa, trespassado pelo Velho Rio São Francisco.

Foi assim que, por via das viagens e da literatura, ao adentrar nos interiores mais profundos dos Países de Língua Portuguesa que visitei, me encontrei a comparar as paisagens do sertão



brasileiro e da savana africana com as das charnecas de Portugal, que me eram familiares. Sempre com as devidas cautelas para não fazer extrapolações lineares nem generalizações iníquas. A minha primeira visita a Salvador e ao interior da Bahia foi com Jorge Amado através das *Terras do sem Fim* (1943), do período do cacau, da lendária *Gabriela, cravo e canela* (1958) ou da *Tieta do Agreste* (1977), livros das fases mais recentes da sua produção ficcional. Foram descobertas posteriores, mas que me deram a conhecer outros mapas do grande atlas da riquíssima geografia literária brasileira, autores como Euclides da Cunha (*Os Sertões*, 1902), Guimarães Rosa, Lygia Fagundes Teles, Rachel de Queiroz (Pernambuco), Josué Montello (Maranhão), José Lins do Rego (*Menino de Engenho*, 1932; *Paraíba*), Érico Veríssimo (1905-1975) ou Cyro dos Santos Martins (1908-1995), escritores do Rio Grande do Sul, nascido em Quaraí, grandes ficcionistas e divulgadores da Pampa

Os escritores africanos, sobretudo os que despontam e se afirmam após as independências, não só ampliaram este diálogo com novas paisagens e outras vivências como deram a conhecer modos de vidas e realidades culturais distintas e ainda mais diversas: Germano de Almeida deu continuidade, em Cabo Verde, à geração Claridosa (Manuel Lopes, Teixeira de Sousa, Jorge Barbosa, Baltazar Lopes, etc.); Pepetela, Manuel Rui, Lopito Feijó e Ondjaki representam uma nova literatura angolana; Luís Bernardo Honwana, Ungulani Ba Ka Khosa, João Paulo Borges Coelho, Nelson Saúte ou Mia Couto dão-nos imagens impressionantes de Moçambique; Alda do Espírito Santo (1926-2010) e o geógrafo Francisco José Tenreiro (1921-1963), com as suas poéticas, mostram o panorama verdejante de São Tomé e Príncipe. A leitura aprofundada de muitos destes autores já me levaram a escrever alguns ensaios sobre a geograficidade de algumas das suas obras, que o mesmo é dizer, incursões feitas para ler o território e entrar na Geografia daqueles países por uma porta onde os geógrafos raramente se aventuram.

A Geografia de África que retenho resulta de toda esta sedimentação, trata-se, pois, duma geografia epidérmica, sensível, decantada, porventura subjetiva, tributária da literatura e das suas imagens, da fotografia e da oralidade, esse jeito tão africano de transmitir conhecimentos. O mapa mental de África que fui construindo é um palimpsesto onde se sobrepõem sucessivos mapas, dos literários e imagéticos aos discursivos. Carecem, contudo, de legendas adequadas e impressionantes para resistirem às efémeras temporalidades (neo)coloniais quanto aos discursos pós-coloniais.



É um novo caminho a fazer, uma outra abordagem para ler a mesma realidade dum outro ângulo, que incorpore a valia da subtileza poética que apenas é alcançada pela fina sensibilidade dos escritores. Os horizontes que assim se alargam são indispensáveis para promover diálogos transversais, geográficos e disciplinares, imprescindíveis a uma interpretação mais holística do mundo que nos rodeia. Porque temos de aprender a aprender e olhar sob novas perspectivas as mesmas realidades tenho-me vindo a empenhar em dinamizar uma plataforma que reúne geógrafos de várias proveniências, temáticas e locativas, projeto apostado em aprofundar *As Novas Geografias dos Países de Língua Portuguesa*.